

OSX TELECOMUNICAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 01.021.561/0001-30
BRASILIA - DF

Balanco Patrimonial para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Ativo	Nota	2014	2013
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.051.446,83	156.128,69
Contas a receber de clientes	5	4.525.556,07	4.004.381,66
Adiantamentos		10.835,81	9.687,54
Impostos a recuperar	6	505.697,80	463.052,79
Despesas antecipadas		190,03	639,09
Outros créditos		-	9.921,11
		6.093.726,54	4.643.810,88
Não Circulante			
Depósitos judiciais e cauções		4.400,00	47.500,00
Imobilizado	7	198.183,92	142.668,00
Intangível	8	29.073,94	49.792,19
		231.657,86	239.960,19
Total do Ativo		6.325.384,40	4.883.771,07

Passivo	Nota	2014	2013
Circulante			
Fornecedores		62.956,70	258.411,31
Obrigações sociais e trabalhistas	9	1.094.562,46	834.697,72
Obrigações fiscais	10	137.924,09	62.937,09
Dividendos a pagar		347.240,33	677.304,39
Juros sobre capital próprio a pagar	12.c	82.369,46	123.101,18
Outras obrigações a pagar		30.297,45	30.297,61
		1.755.350,49	1.986.749,30
Não Circulante			
Provisão para prováveis perdas fiscais	11	425.550,19	-
		425.550,19	-
Patrimônio Líquido			
Capital social	12	848.000,00	848.000,00
Reserva legal	12.a	169.600,00	38.470,76
Reserva de lucros	12.b	3.126.883,72	2.010.551,01
		4.144.483,72	2.897.021,77
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		6.325.384,40	4.883.771,07

Demonstração dos Resultados			
Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013			
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	2014	2013
Operações continuadas			
Receita operacional líquida	13	11.457.433,28	8.297.865,32
Custos dos produtos e serviços vendidos		(1.086.489,60)	(1.971.766,17)
Lucro bruto		10.370.943,68	6.326.099,15
Despesas gerais e administrativas	14	(1.619.505,73)	(1.110.527,93)
Despesas com pessoal	15	(2.574.439,30)	(3.435.353,66)
Honorários da diretoria		(215.799,52)	(199.632,00)
Despesas tributárias		-	(19.219,87)
Outras despesas operacionais		-	(331.286,11)
Dispêndios com inovação tecnológica	(2.748.710,88)		(647.947,34)
Subvenção de incentivo fiscal (Inovação Tecnológica)	17	1.228.411,47	328.483,36
Outras receitas operacionais		346,38	284.603,07
		(9.929.697,58)	(5.130.880,48)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras		4.441.246,10	1.195.218,67
Resultado financeiro	16	142.083,55	47.504,86
Resultados antes dos tributos sobre o lucro		4.583.329,65	1.242.723,53
Imposto de renda e contribuição social	17	(1.228.411,47)	(328.483,36)
Lucro líquido do exercício		3.354.918,18	914.240,17

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
dos Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013			
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	2014	2013	
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do exercício	3.354.918,18	914.240,17	
Ajuste para Conciliar o Resultado e às Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais:			
Depreciações e amortizações	41.613,28	251.166,96	
Imposto de renda compensado	-	(21.723,74)	
Moeda de bens intangíveis que não afetam o caixa	38.078,39	-	
Variações nos Ativos			
(Aumento) redução contas a receber de clientes	(521.174,41)	(2.349.395,94)	
(Aumento) redução adiantamentos	(1.148,27)	(9.687,54)	
(Aumento) redução impostos a recuperar	(42.645,01)	(243.874,50)	
(Aumento) redução depósitos judiciais e cauções	43.100,00	15.490,00	
(Aumento) redução despesas antecipadas	449,06	1.601,26	
(Aumento) redução outros créditos	9.921,11	(9.921,11)	
Variações nos Passivos			
Aumento (redução) fornecedores	(195.454,61)	258.411,31	
Aumento (redução) obrigações sociais e trabalhistas	-259.864,74	476.544,45	
Aumento (redução) Obrigações fiscais	74.987,00	42.863,57	
Aumento (redução) obrigações provisionadas	425.550,19	-	
Aumento (redução) outras contas a pagar	(0,16)	(6.389,00)	
Disponibilidades Líquidas Geradas e Aplicadas nas Atividades Operacionais	3.488.059,49	(906.679,11)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de imobilizado e de intangível	(114.489,34)	(114.803,33)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Pagamento de lucros/dividendos	(2.355.150,85)	(399.948,01)	
Juros sobre capital próprio pagos	(123.101,16)	-	
Disponibilidades Líquidas Geradas Aplicadas nas Atividades de Investimentos e Financiamentos	(2.592.741,35)	(514.751,34)	
Aumento (Redução) nas Disponibilidades	895.318,14	(1.421.430,45)	
Saldo inicial de caixa	156.128,69	1.577.559,14	
Saldo final de caixa	1.051.446,83	156.128,69	
Aumento (Redução) nas Disponibilidades	895.318,14	(1.421.430,45)	

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Reservas			Resultado do exercício	Total do Patrimônio líquido
	Capital social	Legal	Lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	848.000,00	-	1.279.606,52	-	2.127.606,52
Lucro líquido do exercício	-	-	-	914.240,17	914.240,17
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(144.824,92)	(144.824,92)
Constituição de reserva legal	-	38.470,76	(38.470,76)	-	-
Transferência para reserva de lucros à disposição dos acionistas	-	-	769.415,25	-	769.415,25
Saldo em 31 de dezembro de 2013	848.000,00	38.470,76	2.010.551,01	-	2.897.021,77
Distribuição de Lucros/Dividendos	-	-	(2.010.551,01)	-	(2.010.551,01)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.354.918,18	3.354.918,18
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(96.905,22)	(96.905,22)
Constituição de reserva legal	-	131.129,24	(131.129,24)	-	-
Transferência para reserva de lucros à disposição dos acionistas	-	-	3.258.012,96	-	(3.258.012,96)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	848.000,00	169.600,00	3.126.883,72	-	4.144.483,72

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A OSX Telecomunicações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com Sede em Brasília, Distrito Federal. O objeto da sociedade é a exploração dos ramos de elaboração de programas de computadores, licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação, suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração, treinamento e manutenção de programas de computação e bancos de dados; prestação de serviços correlatos e, representação de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras; comercialização de máquinas, equipamentos e materiais de informática, inclusive softwares e todas as demais atividades afins e correlatas. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: a. Base de preparação e apresentação:** As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas em consistência com todos os exercícios apresentados, a menos que declarado o contrário. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e o Pronunciamento Técnico PME (R1) (Resolução CFC nº 1.255/09 que aprovou a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o CPC-PME (R1) exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a administração da Companhia julgue da maneira mais apropriada a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das demonstrações financeiras e os seus efeitos são apresentados na nota explicativa nº 3. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, exceto de outro modo indicado. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 09 de abril de 2015. **b. Demonstração do resultado abrangente:** Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos Pronunciamentos, Inteprelações e Orientações emitidos pelo CPC. A Companhia não possui fatos a serem apresentados como outros resultados abrangentes. **3. Resumo das Principais Políticas Contábeis: a) Reconhecimento da receita e apuração do resultado:** A Companhia, devido à modalidade dos serviços prestados (Elaboração de programas de computadores, licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação, entre outros), futura sua receita operacional após a aprovação dos clientes pelos os serviços executados, ocorrendo principalmente no mês seguinte ao da prestação dos serviços, o mesmo não acontece com relação às despesas correlacionadas. O registro contábil dos serviços executados ocorre principalmente, após autorização do faturamento dos serviços prestados, com a devida emissão da Nota Fiscal, que ocorre principalmente no mês subsequente à realização dos serviços. Como consequência, em 31 de dezembro de 2014, o resultado está superavaliado em R\$ 407.627,58, líquidos dos efeitos fiscais. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). **c) Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, provisão para desvalorização de estoques, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros básicos, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revera as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. **d) Instrumentos financeiros básicos:** Os ativos e passivos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo. O critério para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros segue (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste, (ii) utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação, levando-se em consideração o valor justo na data da transação, levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la. A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme categoria. O custo amortizado corresponde (i) ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro (ii) menos amortização de principal; e (iii) mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva. Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do exercício. **e) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. Quanto a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. **f) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 2014 e de 2013 não identificou ajustes a serem contabilizados. **g) Imobilizado:** Registrados pelos custos de aquisição, formação ou construção, deduzidos da respectiva depreciação dos

ativos, que é calculada de acordo com as taxas fiscais de depreciação pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 7. **h) Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada, que é calculada de acordo com as taxas fiscais de amortização pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 8. **i) Demais Ativos Circulantes e não circulantes:** Os demais ativos circulantes e não circulantes são representados ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as provisões para perdas. **j) Demais passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **k) Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. **l) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:** O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (25% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL). A Companhia não possui Prejuízos Fiscais para serem compensados, para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. A Companhia aproveita o incentivo fiscal de que trata a Lei nº 11.196/95 (Lei do Bem) para inovação tecnológica, deduzindo para efeito de apuração do lucro líquido o valor correspondente à soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, podendo ainda, excluir o valor correspondente a até 60% dessas dispêndios na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL. Para mais detalhes vide nota explicativa nº 17. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Para fins de demonstração dos fluxos de caixa, o saldo do caixa e equivalentes de caixa inclui caixa em poder da Companhia, depósitos bancários e aplicações financeiras. O saldo dessa conta no final do exercício, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens da demonstração da posição financeira, como demonstrado a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa geral	2.000,00	1.000,00
Banco conta movimento	629.184,36	155.128,69
Aplicação financeira	420.262,47	-
	1.051.446,83	156.128,69

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a Receber de Clientes:

	31/12/2014	31/12/2013
14 Brasil Telecom Celular S.A.	-	65.288,45
Claro S.A.	4.062.748,78	1.035.532,43
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.	353.555,45	41.841,69
GVT Telecomunicações S.A.	22.000,00	128.195,95
TIM Celular S.A.	85.000,01	2.699.560,38
TNL TCS S.A.	-	15.667,68
ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações	-	2.079,73
Nortel S.A. - Telecomunicações	2.251,83	2.137,85
Serxetel Telecomunicações S.A.	-	14.077,50
	4.525.556,07	4.004.381,66

6. Impostos a Recuperar:

	31/12/2014	31/12/2013
ISS retido sobre Notas Fiscais de serviço	65,59	895,71
Imposto de Renda retido	313.057,27	286.116,87
CSLL a recuperar	192.574,94	176.040,21
	505.697,80	463.052,79

A Companhia vem na medida do possível compensando os créditos fiscais a título de imposto de renda e contribuição social, remanesecendo saldo a recuperar, pois os tributos gerados são integralmente liquidados pelo o benefício fiscal previsto na Lei 11.196/95 (Lei do Bem). Para mais detalhes vide nota explicativa nº 17.

	Saldo inicial em 01/01/2014	Aquisições	Transfere- rências/ Baixas	Saldo Final em 31/12/2014	Taxa Anual
Custo					
Máquinas e equipamentos	48.772,98	-	-	48.772,98	10
Móveis e utensílios	97.846,99	11.014,52	-	108.861,50	10
Computadores e periféricos	291.750,72	75.543,88	-	367.294,60	20
Instalações	13.182,42	-	-	13.182,42	10
	451.553,10	86.558,40	-	538.111,50	
Depreciação					
Máquinas e equipamentos	(19.487,72)	(4.421,15)	-	(23.908,87)	10
Móveis e utensílios	(22.212,24)	-	-	(22.212,24)	10
Computadores e periféricos	(255.454,96)	(17.701,19)	-	(273.156,15)	20
Instalações	(11.730,18)	(1.299,04)	-	(13.029,22)	10
	(308.885,10)	(31.042,48)	-	(339.927,58)	
Total Líquido	142.668,00	55.515,92	-	198.183,92	

Ricardo Augusto Vilela do Nascimento - Diretor Presidente

Flávia Figueiredo Medeiros - Contadora - CRC DF-019728/0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **OSX Telecomunicações S.A.**
Brasília - DF
Examinamos as demonstrações financeiras da **OSX Telecomunicações S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes**
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. **Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de**

evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras**
Conforme mencionado na nota explicativa nº 03.a), a Companhia, devido às peculiaridades de seu ramo de atividade, somente reconhece a receita de serviços após autorização dos clientes para faturamento dos serviços, não adotando o regime de competência, entretanto as despesas são registradas pelo regime de competência não havendo uma correlação com o registro das receitas, que ocorre principalmente no mês subsequente à realização dos serviços após autorização para faturamento pelos clientes. Como consequência, em 31 de dezembro de 2014, o resultado está superavaliado em R\$ 407.627,58 líquidos dos efeitos fiscais. **Conforme a notas explicativas "3.g, h" e "7, 8", a Companhia está aplicando as taxas**

de depreciação admitidas pela legislação tributária sem a prática de revisão periódica das estimativas de vida útil e determinação de valor residual, que são fundamentais para a definição do montante a ser depreciado segundo a Seção 17- Imobilizado do Pronunciamento Técnico CPC PME (R1). Em 31 de dezembro de 2014 o valor líquido dos bens é de R\$ 198.183,92. As demonstrações financeiras acima referidas não contemplam os ajustes dos efeitos advindos do referido tema. **10. Obrigações Fiscais:** Não recebemos resposta à carta de circularização para confirmação de saldos e operações de qualquer natureza em 31 de